

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
POLÍCIA CIVIL DO ESPÍRITO SANTO
CONCURSO PÚBLICO PARA ADMISSÃO AO CARGO DE “DELEGADO DE POLÍCIA”

RETIFICAÇÃO Nº 001 - EDITAL Nº 001/2019 – PCES

Foi publicado no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, na edição do dia 24/04/2019, Edição nº24967, páginas 15 e 16 da seção PODER EXECUTIVO, a RETIFICAÇÃO Nº 001 - EDITAL Nº 001/2019 – PCES.

Esta retificação, em resumo trata dos seguintes assuntos:

1. Prorrogação do prazo de inscrição e consequente data para pagamento da taxa de inscrição
2. Alteração na quantidade de questões e na pontuação das mesmas da Prova Objetiva
3. Alteração no tempo de realização da Prova Objetiva
4. Alteração na pontuação, nas matérias e no mínimo para eliminação da Prova Oral
5. Alteração no Conteúdo Programático de Direito Administrativo e Direito Penal

Veja a publicação no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo:

<p>Vitória (ES), Quarta-feira, 24 de Abril de 2019</p> <p>Polícia Civil - PC-ES -</p> <p>POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 29 da Lei Complementar nº 340/01, alterada pela Lei Complementar nº 03/09, bem como, em obediência à Lei nº 12.830/13 e ao Art. 9º, §2º, II e Anexo II da Lei nº 892/18;</p> <p>RESOLVE:</p> <p>Prorrogar o prazo da entrega das documentações complementares para a realização da prova objetiva prevista no item 4.4., do Edital nº 001/2019, até as 17 horas do dia 30.04.2019.</p> <p>Vitória (ES), 23 de abril de 2019.</p> <p>SÉRGIO ALMEIDA DE MELLO Presidente da Comissão Poder Executivo - CP Chefe do DRH Recursos Humanos - DRH Protocolo #478693</p> <p>O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 29 da Lei Complementar nº 340/01, alterada pela Lei Complementar nº 03/09, bem como, em obediência à Lei nº 12.830/13 e ao Art. 9º, §2º, II e Anexo II da Lei nº 892/18;</p> <p>RESOLVE:</p> <p>Incluir na escala de férias regulamentares, um servidão abalizado de 15 dias.</p> <p>INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 307 de 23/04/19.</p> <p>CESSAR OS EFETOS da designação de FABRICIO CERI DA SILVA, NF 354653, EXERCÍCIO 2018/2019 Mês: AGOSTO/19</p> <p>Vitória, 23 de abril de 2019.</p> <p>SÉRGIO ALMEIDA DE MELLO Chefe do DRH/PCES Protocolo #478698</p> <p>JOSE DARYC SANTOS ARIBUDA Delegado Geral da Polícia Civil/ES Protocolo #479011</p> <p>O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 29 da Lei Complementar nº 340/01, alterada pela Lei Complementar nº 03/09, bem como, em obediência à Lei nº 12.830/13 e ao Art. 9º, §2º, II e Anexo II da Lei nº 892/18;</p> <p>RESOLVE:</p> <p>Incluir na escala de férias regulamentares, um servidão abalizado de 15 dias.</p> <p>INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 308 de 23/04/19.</p> <p>DESCHRAR o PC-IP ALEBINO AVILINO DA SILVA, NF 374407, para exercer a FUNÇÃO GRATIFICADA F2 (PC-PCES);</p> <p>Vitória, 23 de abril de 2019.</p> <p>JOSE DARYC SANTOS ARIBUDA Delegado Geral da Polícia Civil/ES Protocolo #479009</p> <p>O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 29 da Lei Complementar nº 340/01, alterada pela Lei Complementar nº 03/09, bem como, em obediência à Lei nº 12.830/13 e ao Art. 9º, §2º, II e Anexo II da Lei nº 892/18;</p> <p>RESOLVE:</p> <p>Classificação dos recursos: A) 1.1.1 + 1.2.1 + 1.3.1 + 1.4.1 + 1.4.2.10.06.181.0004.1736 - do Elemento de Detenção 449051, do Protocolo #478664</p> <p>DR. HELE SCHMITTEK Delegado Geral Adjunto de Polícia Civil/ES Protocolo #478664</p>	<p style="text-align: right;"> 15</p> <p>ESTADO DO ESPÍRITO SANTO POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL POLÍCIA CIVIL DO ESPÍRITO SANTO CONCURSO PÚBLICO PARA ADMISSÃO AO CARGO DE DELEGADO DE POLÍCIA RETIFICAÇÃO Nº 001 - EDITAL Nº001/2019 - PCES</p> <p>O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições, torna pública as retificações no EDITAL Nº 001/2019 - PCES, conforme abaixo:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Alteração no ANEXO III - CRONOGRAMA DO CONCURSO - Tabela 1. 2. Onde se lê: <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th>INSCRIÇÃO</th> <th>DATA INICIAL PREVISTA</th> <th>DATA FINAL PREVISTA</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Período de Inscrição</td> <td>22.03.2019</td> <td>24.04.2019</td> </tr> <tr> <td>Regimento da taxa de inscrição</td> <td>22.03.2019</td> <td>24.04.2019</td> </tr> <tr> <td>Onde se lê: “O prazo de inscrição é de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da publicação da retificação no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo”</td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table> <p>3. Alteração no subtítulo 8.1.2 - Onde se lê:</p> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th>INSCRIÇÃO</th> <th>DATA INICIAL PREVISTA</th> <th>DATA FINAL PREVISTA</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Período de Inscrição</td> <td>22.03.2019</td> <td>30.04.2019</td> </tr> <tr> <td>Regimento da taxa de inscrição</td> <td>22.03.2019</td> <td>30.04.2019</td> </tr> <tr> <td>Onde se lê: “O prazo de inscrição é de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da publicação da retificação no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo”</td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table> <p>4. Alteração no subtítulo 8.1.5 - Onde se lê:</p> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th>PROVA OBJETIVA</th> <th>Nº DE QUESTÕES</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Direito Penal</td> <td>25</td> </tr> <tr> <td>Direito Processual Penal</td> <td>25</td> </tr> <tr> <td>Direito Administrativo</td> <td>20</td> </tr> <tr> <td>Direito Constitucional</td> <td>15</td> </tr> <tr> <td>Direitos Humanos</td> <td>05</td> </tr> <tr> <td>Direito Civil</td> <td>05</td> </tr> <tr> <td>Medicina Legal</td> <td>05</td> </tr> <tr> <td>Legislação Estadual</td> <td>05</td> </tr> </tbody> </table> <p>TOTAL: 120 questões</p> <p>5. Alteração no subtítulo 8.1.5 - Onde se lê:</p> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th>PROVA OBJETIVA</th> <th>Nº DE QUESTÕES</th> <th>VALOR DE CADA QUESTÃO</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Direito Penal</td> <td>25</td> <td>1,4</td> </tr> <tr> <td>Direito Processual Penal</td> <td>25</td> <td>1,4</td> </tr> <tr> <td>Direito Administrativo</td> <td>20</td> <td>1,2</td> </tr> <tr> <td>Direito Constitucional</td> <td>15</td> <td>1</td> </tr> <tr> <td>Direitos Humanos</td> <td>04</td> <td>1</td> </tr> <tr> <td>Direito Civil</td> <td>04</td> <td>1</td> </tr> <tr> <td>Medicina Legal</td> <td>04</td> <td>1</td> </tr> <tr> <td>Legislação Estadual</td> <td>04</td> <td>1</td> </tr> </tbody> </table> <p>TOTAL: 120 questões</p> <p>6. Alteração no subtítulo 8.1.5 - Onde se lê: “8.1.5. Cada questão da “Prova Objetiva” terá 5 (cinco) alternativas, sendo</p> 	INSCRIÇÃO	DATA INICIAL PREVISTA	DATA FINAL PREVISTA	Período de Inscrição	22.03.2019	24.04.2019	Regimento da taxa de inscrição	22.03.2019	24.04.2019	Onde se lê: “O prazo de inscrição é de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da publicação da retificação no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo”			INSCRIÇÃO	DATA INICIAL PREVISTA	DATA FINAL PREVISTA	Período de Inscrição	22.03.2019	30.04.2019	Regimento da taxa de inscrição	22.03.2019	30.04.2019	Onde se lê: “O prazo de inscrição é de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da publicação da retificação no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo”			PROVA OBJETIVA	Nº DE QUESTÕES	Direito Penal	25	Direito Processual Penal	25	Direito Administrativo	20	Direito Constitucional	15	Direitos Humanos	05	Direito Civil	05	Medicina Legal	05	Legislação Estadual	05	PROVA OBJETIVA	Nº DE QUESTÕES	VALOR DE CADA QUESTÃO	Direito Penal	25	1,4	Direito Processual Penal	25	1,4	Direito Administrativo	20	1,2	Direito Constitucional	15	1	Direitos Humanos	04	1	Direito Civil	04	1	Medicina Legal	04	1	Legislação Estadual	04	1
INSCRIÇÃO	DATA INICIAL PREVISTA	DATA FINAL PREVISTA																																																																				
Período de Inscrição	22.03.2019	24.04.2019																																																																				
Regimento da taxa de inscrição	22.03.2019	24.04.2019																																																																				
Onde se lê: “O prazo de inscrição é de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da publicação da retificação no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo”																																																																						
INSCRIÇÃO	DATA INICIAL PREVISTA	DATA FINAL PREVISTA																																																																				
Período de Inscrição	22.03.2019	30.04.2019																																																																				
Regimento da taxa de inscrição	22.03.2019	30.04.2019																																																																				
Onde se lê: “O prazo de inscrição é de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da publicação da retificação no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo”																																																																						
PROVA OBJETIVA	Nº DE QUESTÕES																																																																					
Direito Penal	25																																																																					
Direito Processual Penal	25																																																																					
Direito Administrativo	20																																																																					
Direito Constitucional	15																																																																					
Direitos Humanos	05																																																																					
Direito Civil	05																																																																					
Medicina Legal	05																																																																					
Legislação Estadual	05																																																																					
PROVA OBJETIVA	Nº DE QUESTÕES	VALOR DE CADA QUESTÃO																																																																				
Direito Penal	25	1,4																																																																				
Direito Processual Penal	25	1,4																																																																				
Direito Administrativo	20	1,2																																																																				
Direito Constitucional	15	1																																																																				
Direitos Humanos	04	1																																																																				
Direito Civil	04	1																																																																				
Medicina Legal	04	1																																																																				
Legislação Estadual	04	1																																																																				

Ativar o Windows
Acesse Configurações para ativar o Windows.

Veja a matéria enviada para o Diário Oficial do Estado do Espírito Santo:

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
POLÍCIA CIVIL DO ESPÍRITO SANTO
CONCURSO PÚBLICO PARA ADMISSÃO AO CARGO DE “DELEGADO DE POLÍCIA”

RETIFICAÇÃO Nº 001 - EDITAL Nº 001/2019 – PCES

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições, torna publica as retificações no EDITAL Nº 001/2019 – PCES, conforme abaixo:

1. Alteração no ANEXO III – CRONOGRAMA DO CONCURSO – Tabela 9
Onde se lê:

INSCRIÇÃO	DATA INICIAL PREVISTA	DATA FINAL PREVISTA
Período de inscrição	22.03.2019	24.04.2019
Pagamento da taxa de inscrição decorrente do indeferimento de pedido de isenção	29.03.2019	24.04.2019

Leia-se:

INSCRIÇÃO	DATA INICIAL PREVISTA	DATA FINAL PREVISTA
Período de inscrição	22.03.2019	30.04.2019
Pagamento da taxa de inscrição decorrente do indeferimento de pedido de isenção	29.03.2019	30.04.2019

2. Alteração do subitem 8.1.2

Onde se lê:

Tabela 2		
PROVA OBJETIVA		Nº DE QUESTÕES
Área de conhecimentos	Direito Penal	25
	Direito Processual Penal	25
	Direito Administrativo	20
	Criminologia	15
	Direito Constitucional	15
	Direitos Humanos	05
	Direito Civil	05
	Medicina Legal Judiciária	05
	Legislação Estadual	05
TOTAL:		120 questões

Leia-se:

Tabela 2			
PROVA OBJETIVA		Nº DE QUESTÕES	VALOR DE CADA QUESTÃO ACERTADA
Área de conhecimentos	Direito Penal	21	1,4
	Direito Processual Penal	21	1,4
	Direito Administrativo	16	1,2
	Criminologia	13	1
	Direito Constitucional	13	1
	Direitos Humanos	04	1
	Direito Civil	04	1
	Medicina Legal Judiciária	04	1
	Legislação Estadual	04	1
TOTAL:		100 questões	120 pontos

3. Alteração do subitem 8.1.5

Onde se lê:

8.1.5. Cada questão da “Prova Objetiva” terá 5 (cinco) alternativas, sendo que cada questão terá apenas 1 (uma) alternativa correta. A cada questão acertada será atribuído 1 (um) ponto.

Leia-se:

8.1.5. Cada questão da “Prova Objetiva” terá 5 (cinco) alternativas, sendo que cada questão terá apenas 1 (uma) alternativa correta.

4. Alteração do subitem 8.2.3

Onde se lê:

8.2.3. A Prova Objetiva será aplicada no período da tarde, com duração de **5 (cinco) horas**, incluindo o tempo de preenchimento da “Folha de Resposta”.

Leia-se:

8.2.3. A Prova Objetiva será aplicada no período da tarde, com duração de **5h30min**, incluindo o tempo de preenchimento da “Folha de Resposta”.

5. Alteração do subitem 13.2

Onde se lê:

13.2. A prova oral, de caráter eliminatório e classificatório, valerá em seu conjunto **20 (vinte) pontos** e versará sobre as matérias de **Direito Constitucional, Direito Penal e Direito Processual Penal**, conforme conteúdo programático deste edital (**Anexo I**).

Leia-se:

13.2. A prova oral, de caráter eliminatório e classificatório, valerá em seu conjunto **40 (quarenta) pontos** e versará sobre as matérias de **Direito Administrativo, Direito Constitucional, Direito Penal e Direito Processual Penal**, conforme conteúdo programático deste edital (**Anexo I**).

6. Alteração do subitem 13.6

Onde se lê:

13.6. Será eliminado do concurso o candidato que obtiver nota na prova oral inferior a **10 (dez) pontos** ou que não comparecer para a realização da prova.

Leia-se:

13.6. Será eliminado do concurso o candidato que obtiver nota na prova oral inferior a **20 (vinte) pontos** ou que não comparecer para a realização da prova.

7. Alteração do Conteúdo Programático – Direito Administrativo – Incluir item 13
13) Lei nº 8.429/92 e suas alterações (Improbidade Administrativa)

8. Alteração do Conteúdo Programático – Direito Penal - Incluir item 25
25) Decreto-Lei nº 3.688/41 e suas alterações (Lei das Contravenções Penais)

Vitória/ES, 23/04/2019.

José Darcy Santos Arruda
Delegado Geral da Polícia Civil do Estado do Espírito Santo

Rio de Janeiro, 24/04/2019
Instituto Acesso